

# Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
Ano 16 • n° 269 • vol. 16 • 2018



## A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente

Osiel Lourenço de Carvalho

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



 UNISINOS

## A perversão da política moderna:

a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente

### *The perversion of modern politics:*

*the appropriation of theological concepts by the governmental machine of the West*

## Resumo

Giorgio Agamben em *O Reino e a Glória* faz uma genealogia teológica do poder. Para ele, o poder assumiu a forma de uma “economia”. Em sua análise, Agamben discute a *oikonomia* com pais da Igreja, como Tertuliano, Irineu, Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Nos primeiros séculos, o cristianismo procurou conciliar o monoteísmo com a doutrina da Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) e, a partir daí, discutiu-se a *oikonomia*, a qual está relacionada com o governo dos homens e das coisas. Para Agamben, esse paradigma teológico-econômico se fundiu com a doutrina da providência divina. Esses imaginários teológicos teriam sido assumidos pela máquina de governo do Ocidente, configurando, assim, a concepção de um Estado-providência. Todavia, esse governo não é apenas poder, mas ele é também glória. Desse modo, há marcas teológicas no Estado moderno. Acreditamos que, ao incorporar conceitos teológicos secularizados, a máquina governamental perverteu a política e o resultado desse processo foi a efetivação do estado de exceção e da biopolítica.

**Palavras-chave:** Perversão; Teologia; Estado de exceção; Biopolítica.

## Abstract

Giorgio Agamben in the *Kingdom and Glory* makes a theological genealogy of power. For him, power took the form of an “economy.” In his analysis, Agamben discusses *oikonomia* with parents of the Church as Tertuliano, Irineu, St. Augustine, and Thomas de Aquino. In the first centuries Christianity sought to reconcile monotheism with the doctrine of the Trinity (Father, Son and Holy Spirit), and from that point on, the *Oikonomy* was discussed, which is related to the government of men and things. For Agamben, this theological-economic paradigm merged with the doctrine of divine providence. These theological imaginaries would have been assumed by the Western government machine, thus configuring the conception of a welfare state. However, this government is not only power, but it is also glory. In this way, there are theological marks in the modern state. We believe that by incorporating secularized theological concepts, the government machine perverted the politics and the result of this process was the effective state of exception and biopolitics.

**Keywords:** Perversion; Theology; State of exception; Biopolitics.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**A perversão da política moderna:  
a apropriação de conceitos teológicos  
pela máquina governamental  
do Ocidente**

Osiel Lourenço de Carvalho

Universidade Metodista de São Paulo

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 16 • nº 269 • vol. 16 • 2018

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** Pedro Gilberto Gomes, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

### Cadernos IHU ideias

Ano XVI – Nº 269 – V. 16 – 2018

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** MS Rafael Francisco Hiller

**Imagem da capa:** cloister-2041063 (pixabay)

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editoração:** Gustavo Guedes Weber

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .  
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# A PERVERSÃO DA POLÍTICA MODERNA: A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS TEOLÓGICOS PELA MÁQUINA GOVERNAMENTAL DO OCIDENTE

*Osiel Lourenço de Carvalho*<sup>1</sup>

Universidade Metodista de São Paulo

## 1. Genealogia teológica do Estado moderno

Giorgio Agamben efetuou uma genealogia teológica das teorias democráticas na contemporaneidade. De modo inicial, apresentaremos as reflexões de Agamben em *O Reino e a Glória*, articuladas com o funcionamento das técnicas de governo. Em seu tratado teológico-político, o filósofo italiano estabeleceu diálogos com as obras de Carl Schmitt e Erik Peterson. Além disso, Agamben destacou categorias teológicas e místicas do período medieval e analisou a presença delas nas estruturas governamentais. O resultado desse processo é um Estado moderno fundamentado em conceitos teológicos secularizados. Acreditamos que, ao se apropriar do teológico, a máquina governamental do Ocidente perverteu o conceito da política. As consequências da referida apropriação viriam a ser a plena efetivação do estado de permanente exceção e a biopolítica.

## 2. Paradigma teológico e econômico

Agamben propõe a genealogia de um paradigma que exerceu influência sobre o ordenamento da sociedade global. De acordo com o filósofo italiano, dois paradigmas políticos são derivados da teologia cristã: (i) a teologia política, em cujo fundamento está Deus em sua soberania e transcendência; (ii) a teologia econômica, que substitui a ideia da *oikono-*

---

1 Doutor em Ciências da Religião  
Instituição: Universidade Metodista de São Paulo  
osiel\_carvalho@yahoo.com.br  
Telefone: 31-99228-6861

*mia* (gestão, governo das coisas). “Do primeiro paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania; do segundo, a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social” (AGAMBEN, 2012, p. 13). No cristianismo primitivo, Eusébio de Cesareia estabeleceu uma relação entre o aparecimento de Jesus, o imperador romano Augusto e, posteriormente, Constantino. A partir daí, a noção de poliarquia pluralista deu lugar a uma monarquia política, com base numa monarquia divina; nesse governo soberano, seu poder é divinamente legitimado.

Para tratar desses paradigmas, Agamben busca fundamentação em Carl Schmitt, para quem as doutrinas que constituem o Estado moderno são conceitos teológicos secularizados. Ao contrário do que disse Max Weber, o desencantamento do mundo não gerou uma desteologização dos processos sociais, pois mesmo que esteja no subterrâneo das ideias políticas, a teologia ainda prossegue atuante no mundo. Sendo assim, tanto as esferas políticas como as econômicas teriam em sua estrutura e funcionalidade paradigmas teológicos. Walter Benjamin (2013, p. 128) assim como Franz Hinkelammert (2012, p. 172) fizeram análises semelhantes, na medida em que o capitalismo também estaria fundamentado a partir de conceitos teológicos e, em razão disso, poderíamos classificá-lo como uma religião.

Quando o Estado moderno exclui as justificativas teológicas da soberania, o poder precisou encontrar outras instâncias, para além da transcendência na qual pudesse fundamentar sua legitimação. Essa ruptura gerou guerras, levantes populares e revoluções a fim de instaurar uma nova ordem política em que a soberania divina teria sido substituída pela soberania dos Estados nacionais. Era como se houvesse uma nova criação *ex nihilo* de uma nova ordem secular (CATROGA, 2006).

Fundamental no texto de Agamben é o termo *oikonomia*, de modo que o filósofo retoma os escritos de Padres da Igreja como Tertuliano, Hipólito, Irineu e Clemente a fim de substanciar sua tese de que o referido termo esteve relacionado com a “gestão”, “atividade divina”, “administração da casa”, “governo”, realizadas por intermédio de uma economia da trindade. Todavia, para a doutrina da *oikonomia* o governo de Deus no mundo não é de natureza ontológica, mas prática; pensamento contrário ao de Aristóteles, por exemplo, para quem o motor imóvel que controla as esferas celestes está circunscrito numa relação de harmonia entre o ser e práxis. Quando os pais da Igreja discutiram a doutrina da *oikonomia*, quiseram evitar o surgimento da pluralidade de divindades e, por conseguinte, o politeísmo, de modo que “a simples disposição da economia não significa de modo algum a separação da substância. O ser divino não é

dividido porque a triplicidade de que falam os Padres se situa no plano da *oikonomia*, e não naquele da ontologia” (AGAMBEN, 2012, p. 67). Portanto, a vontade livre de Deus, distinta de sua natureza, tornou-se um elemento central na teologia cristã; essa dissociação entre o ser e práxis, principalmente após o Concílio de Niceia, gerou uma “cristologia anárquica”.

A *oikonomia* teológica é a matriz da *oikonomia* na modernidade, pois as duas estão relacionadas com o governo da vida humana. Durante os primeiros séculos da teologia cristã, a *oikonomia* como administração da vida também se vinculou às questões sobre a liberdade humana e o plano de Deus. Desse modo, se inquiriu a possibilidade de harmonizar a obra salvífica divina e a liberdade humana. A economia moderna derivou desse paradigma sua questão de como se deve governar as populações e ao mesmo tempo respeitar seus desejos. O resultado disso foi o surgimento da economia política, que preservou os princípios da teologia econômica de governo no mundo de Deus pelo Estado ou mercado. Com efeito, na economia política da modernidade é preciso saber administrar a vontade das outras pessoas e dirigi-la a objetivos previamente estabelecidos.

Para Agamben, a economia política moderna se apropriou da noção de providência divina – e traduziu isso na forma de técnicas de governo – a fim de harmonizar desejos humanos com as políticas voltadas para o controle das populações. “O resultado deste deslocamento foi a produção em grande escala de táticas utilitárias de fabricação de desejos, controle de condutas, normalização de comportamentos, padronização de subjetividades” (RUIZ, 2015, p. 27). Desse modo, a economia se tornou o governo da vida.

### 3. O governo dos homens

Em sua análise, Agamben destaca as relações entre paradigmas metafísico-teológicos e paradigmas políticos, os quais estariam interligados. Nesse momento, ele cita a fórmula de uma monarquia parlamentarista, na qual o rei reina, mas não governa. Com efeito, os negócios do reino ficariam a cargo dos ministros do rei. Essa estrutura governamental seria uma herança gnóstica na política moderna, pois parte de conceitos gnósticos de que o Deus bom reina, mas as forças demiúrgicas – que governam na figura dos funcionários – são más e, por isso, sempre erram. Nesse contexto político cujo reinado e governo são constituídos de deuses, “o primeiro, definido como rei, é estranho ao mundo, transcendente e totalmente inoperante; o segundo, ao contrário, é ativo e ocupa-se do governo do mundo” (AGAMBEN, 2012, p. 92).

Para Agamben, existem assinaturas teológicas no Estado moderno, pois mediante os arquétipos da trindade há correspondências entre a *oikonomia* divina e o governo do mundo; são imaginários teológicos na constituição de modelos políticos. O filósofo italiano também discute as possibilidades de se fazer distinção entre Reino e Governo e, para isso, recorre ao tema teológico da criação. Nela a divindade cria, mas sua criação prossegue por intermédio do governo das “criaturas criadas”; há, dessa forma, uma dupla articulação entre ação divina da criação (*creatio*) e conservação (*conservatio*) (AGAMBEN, 2012, p. 107). Desse modo, quem reina nem sempre governa. Esse paradigma teológico, que se desdobra em uma dupla estrutura, é uma das bases da máquina de governos do Ocidente.

A legitimidade do soberano precisa estar constituída pela *dignitas* e *administratio*, Reino e Governo (AGAMBEN, 2012, p. 107). Entretanto elas são separadas entre si, pois o soberano pode ocupar seu cargo, mas não mais governar. Essa discussão também foi feita de modo mais detalhado por Agamben em seu texto *O mistério do Mal* (2015), no qual discute as temáticas da legitimidade e legalidade a partir da renúncia de Bento XVI. Para o filósofo italiano, governos na contemporaneidade, embora estejam salvaguardados pelo aparato e ordenamento jurídico, têm tido sua legitimidade questionada; e afirma que “se é tão profunda e grave a crise que nossa sociedade está atravessando, é porque ela não só questiona a legalidade das instituições, mas também sua legitimidade; não só, como se repete muito frequentemente, as regras e as modalidades do exercício do poder, mas o próprio princípio que o fundamenta e o legitima” (AGAMBEN, 2015, p. 10).

#### 4. A economia das almas

Giorgio Agamben lembra em seu texto *O Reino e a Glória* que, na década de 1970, Michel Foucault havia ministrado no Collège de France um curso em que tratou sobre a genealogia da “governamentalidade” moderna (AGAMBEN, 2012, p. 125). Foucault analisou três modalidades a partir das relações de poder: (i) o sistema legal, que é constituído pelo aparato normativo que se pode e não pode fazer; (ii) os mecanismos de punição como as penitenciárias; (iii) e, por fim, aquilo que chamou de governo dos homens (FOUCAULT, 2008). Para o filósofo francês, a genealogia das modernas técnicas governamentais está no pastorado cristão, de modo que o “cuidado das almas” estaria na matriz do governo político. Nesse contexto, o Estado Moderno é ao mesmo tempo individualizante e totalizante, pois cabe a ele cuidar de todas as pessoas, mas de maneira

singular e individual. O pastorado enquanto “economia das almas” seria um dos propósitos centrais dos governos; logo, “pastorado eclesiástico e governo político situam-se ambos no interior de um paradigma essencialmente econômico” (AGAMBEN, 2012, p. 126).

Este paradigma teológico-econômico do Estado moderno teria na crença da providência divina sua origem, na medida em que Deus se ocuparia das coisas humanas; a divindade estaria sempre a prestar atendimento a cada indivíduo e fundamentaria a concepção teológica do governo providencial no mundo. No contexto dessa máquina providencial, há dois poderes distintos, mas harmônicos entre si: um poder de deliberação racional e outro de execução, sendo que esse último seria exercido pelos “ministros” ou mediadores. Agamben recorre a Tomás de Aquino para quem, “no que concerne à racionalidade, Deus governa imediatamente todas as coisas; no que concerne, por sua vez, à execução do governo, Deus governa algumas coisas mediante outras” (AGAMBEN, 2012, p. 151). A divisão de poderes do Estado moderno tem nesse paradigma teológico seu principal arquétipo. Desse modo, há uma correlação analógica entre o governo divino no mundo e o governo profano das cidades, e a vocação econômico-governamental das democracias modernas têm nessa concepção teológica a sua origem.

## 5. A cidade celeste e a terrestre

Há termos empregados para se referirem à Igreja que são políticos. Um exemplo seria o vocábulo *ekklesia*, que está relacionado com “assembleia dos cidadãos com pleno direito” (AGAMBEN, 2012, p. 161). Agamben sugere que o trecho bíblico de Hebreus 12.23 “inscritos no livro da vida” seria melhor traduzido como “inscritos nas listas dos cidadãos da cidade celestial”. Nessa transcendência escatológica, os anjos e os cidadãos do céu se unirão no culto a Deus. De acordo com o filósofo italiano, há uma correlação entre o culto da igreja celeste, o culto da igreja terrena e a esfera política. Nesse contexto, os seres angelicais têm a função de publicizar o senhorio político-religioso do Cristo; tal publicidade está manifestada mediante o culto de louvor angelical. Com efeito, há politicidade na liturgia dos anjos, que são ministros de Deus. Assim, os seres humanos só alcançam sua cidadania celeste se tomarem parte com os anjos no culto a Deus. Nesse culto de louvor, exalta-se sua soberania e majestade, e atributos como a santidade funcionam para demonstrar a perfeição divina.

Os anjos têm uma dupla função: a contemplativa, que são aqueles que assistem a Deus; e a função administrativa, que está relacionada com

atividade, governo. São esses últimos que têm a função ministerial, os quais estão circunscritos numa cadeia hierárquica de comando na angelologia. Sendo assim, fica estabelecida uma burocracia angelical, com divisões definidas a partir de graus de força e poder. Logo, se estabeleceu um paralelismo entre a hierarquia celeste e hierarquia terrena, tendo como arquétipo a economia trinitária de operação e governo. Há, portanto, correspondência entre a burocracia da máquina governamental com a angelologia. É estabelecida, então, a ideia de um poder sagrado, cuja influência perpassa o reino celestial e as nações da Terra.

Para Agamben, o governo não é apenas poder, mas é também glória, pois há relações entre o cerimonial político e a liturgia eclesiástica. Ele faz essa discussão a partir do conceito de aclamação, que esteve presente tanto nas doxologias angelicais como no aparato litúrgico-jurídico do império romano. Esse aspecto da liturgia também estaria presente no Estado moderno, no momento em que é dado ao povo o uso deliberativo da aclamação e da palavra a fim de legitimar governos. Isso se daria mediante dispositivos democráticos como as eleições, referendo popular, plebiscito e outras formas de democracia direta que dão ao sujeito soberano seu poder constituinte.

Desde as monarquias medievais até os governos do Estado moderno, a liturgia eclesiástica e o protocolo profano estão interligados. Portanto, o governo é poder e glória. Agamben faz uma análise sobre o culto e a política. O termo “povo significa etimologicamente prestação pública e a Igreja sempre insistiu em sublinhar o caráter público do culto litúrgico, em oposição às devoções privadas” (AGAMBEN, 2012, p. 193). Sendo assim, há uma relação entre culto litúrgico, o público e o político, de modo que no momento da celebração litúrgica, como ato de exclamação, os fiéis se constituem povo; desse modo, expressões religiosas como “somos o povo de Deus” são concebidas a partir de arquétipos políticos. Nesse momento, parece haver duas teses: (i) o Estado moderno está fundamentado em conceitos teológicos secularizados e (ii) a teologia incorporou conceitos políticos teologizando-os.

O método genealógico adotado por Agamben não discute a veracidade de narrativas teológicas, mas, sim, quais são os efeitos delas nas instituições e técnicas de governo do Estado moderno. Portanto, além da *zoé aionios* ele analisa doutrinas cristãs como a angelologia, trindade, providência divina, criação, escatologia, entre outras. Para Agamben, essas temáticas da teologia cristã estão na base das instituições de poder do Ocidente. Desse modo, podemos caracterizar o método de Agamben como arqueogenealógico.

## 6. Perversão e o estado de permanente exceção

Assim como Hannah Arendt, Agamben discute vida a partir de dois conceitos conforme pensados pelos gregos: *zoé* e *bios*. A *zoé* é a vida biológica, como aquela compartilhada pelas plantas, animais e seres humanos. Ela está sujeita às leis da natureza, de modo que a vontade humana precisa estar adaptada às leis naturais. Em contrapartida, a *bios* está para além da mera adaptação à natureza. *Bios* é a vida das relações, personalidades, valores, cultura e de tudo aquilo que é construído a partir da ética e da política. Como referido anteriormente, para Agamben a vida humana é o principal objetivo da economia teológica. Entretanto, o termo utilizado para a economia teológica é a *zoé aionios*, que quer dizer vida eterna. De acordo com Agamben, a *zoé aionios* tem relação com um tipo de vida governada pela vontade divina. Inclusive a *oikonomia* desenvolvida pela teologia cristã a partir do quarto século estaria relacionada com a *zoé aionios*. Essa concepção permanece até os dias atuais

Importante conceito discutido por Agamben é o da vida nua. Os indivíduos nessa condição são reduzidos à mera existência biológica e entregues a situações de abandono. Sendo assim, para “fugir” dessa condição de abandono o indivíduo precisa se submeter ao biopoder. Essa sujeição ao Estado moderno faz com que “o soberano entre em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito, com o sacerdote” (AGAMBEN, 2002, p. 119) e, desse modo, amplie seu controle social sobre os corpos. Essa discussão de Agamben é realizada de forma correlata ao conceito de estado de permanente exceção.

Para o filósofo, a vontade soberana que decide sobre o estado de exceção está oculta nos aparatos do Estado, ou seja, está para além da normatividade. “O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as metamorfoses...” (AGAMBEN, p. 182). Tendo em vista que a biopolítica é uma derivação da política moderna, ninguém está imune de cair sob a exceção decretada pelo poder soberano e tornar-se *homo sacer*, que Agamben também denomina de vida nua. O *homo sacer* é uma vida matável e facilmente descartável pelo poder soberano por ser considerada indigna. De acordo com Agamben, a partir dessa possibilidade de todos sermos *homo sacer*, pode-se concluir que vivemos em um estado de permanente exceção. Nesse contexto, a vida se torna frágil e vulnerável por ser controlada pelo Estado. Benjamin também afirmou que para “os oprimidos o estado de exceção é uma norma” (BENJAMIN, 1996, p.226). As pessoas que pertencem aos grupos dos excluídos vivem na

exceção pelo fato de lhes serem negadas as condições de uma vida digna. Já se sabe das barbáries que foram realizadas nos campos de concentração na Europa no século passado. Entretanto, para Agamben a instalação dos campos de concentração não foi uma irracionalidade exclusiva do regime nazista, pois o campo é um paradigma da política moderna.

Como já nos referimos anteriormente, Giorgio Agamben discute as implicações do teológico no político e segue Schmitt, para quem esse processo está na origem da modernidade. Desse modo, toda operação política remete a categorias teológicas e, por conseguinte, o conceito moderno de soberania e estado tem fundamentos teológicos. De acordo com Agamben, o soberano também tem o poder de legislar sobre o caos social e avaliar se a vida em sociedade está dentro dos critérios de normalidade (AGAMBEN, 2002, p. 54). Enquanto detentor do poder de exclusão-inclusão, o soberano legisla sobre o caos social, identifica a vida nua e dá-lhe existência política.

#### *Perversão e a (bio)política*

Há importantes estudos sobre biopolítica, dentre os quais destacamos os de Michel Foucault: *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975); *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976); *Segurança, território e população* (1977-1978); e *Microfísica do poder* (1979). Ainda no que diz respeito à biopolítica, a filósofa estadunidense Judith Butler em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2015) também fez apontamentos a respeito de domínio dos corpos. O italiano Sandro Chignola em *Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze* (2014) e *A vida, o trabalho, a linguagem: biopolítica e biocapitalismo* (2015) também analisa os desdobramentos do biopoder.

O termo biopolítica é anterior a Michel Foucault. Ele foi cunhado na década de 1930 pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén para fazer referência à “biologização” do Estado. Essa modalidade estatal pode abrir caminho para um racismo de Estado, na medida em que ele estabelece quem deve estar incluído e excluído dos processos relacionados com a cidadania. Nesse modelo de Estado, a vida é controlada; e isso inclui aquelas que ainda se encontram na condição fetal, pois “a gravidez se torna um período para controlar e otimizar a população ainda antes do nascimento, e a biopolítica, governando o desejo e o corpo da mãe, neste meio tempo, sujeitos ambos a poderes pastorais de cura e de responsabilização, inclui ainda o nascituro considerado como feto” (CHIGNOLA, 2015, p. 8).

O poder enquanto intencionalidade e instância de circulação permite a instauração de proposições morais e filosóficas de controle. Na modernidade as instituições usam dispositivos legais em seus projetos de disciplina, nas relações de força e nas estratégias de poder. Nesse contexto, a vida está vinculada de maneira integral a mecanismos de modelação da existência, controle e permanente monitoramento. Um dos muitos desdobramentos disso é que a subjetividade foi reduzida ao corpo, com um predomínio da dimensão corpórea na identidade, que poderíamos chamar de uma bioidentidade. Para usar uma expressão de Foucault (2002), há nos fluxos das relações políticas uma governamentalidade, que não pode ser compreendida como uma ideologia, mas, sim, como uma tecnologia de poder.

Na contemporaneidade existe uma aceitação social do poder disciplinador sobre os corpos, de modo que esse poder não é apenas externo, mas também está internalizado nos indivíduos. Logo, o referido poder não é transcendente e nem sempre repressivo, mas, sim, um poder imanente. A modernidade rompeu a lógica de que esse poder de controle dos corpos era originário da divindade, de modo que o Estado assumiu a prerrogativa da decisão sobre a vida dos indivíduos e de domínio da vida.

Neste cenário, Foucault afirma que a vida está politizada e estatizada. Em razão dessa materialidade do corpo, pode-se falar de uma performatividade do político centrado nos processos de controle do indivíduo. No que diz respeito à biopolítica, até processos biológicos como “quem nasce”, “como nasce”, “onde nasce” ou “quem morre” e “quando morre” são regulados mediante os aparatos jurídicos do Estado; logo são incorporadas as preocupações do poder. Para Foucault, até o fim do século 18 essas questões não eram centrais na política. De acordo com o filósofo francês, é justamente no final do referido século que há o surgimento da biopolítica, que emerge no contexto dos países do capitalismo industrial. Desse modo, esse tipo de exercício de poder nasce a partir de aglomeração de pessoas. O crescimento demográfico acarretou tensões nessas grandes cidades e tornou-se um desafio político. Por isso, foi preciso estabelecer dispositivos de controle.

No final do século XVIII, as revoltas camponesas entram em regressão, acalmam-se em consequência da elevação do nível de vida dos camponeses e a revolta urbana torna-se cada vez mais frequente com a formação de uma plebe em vias de se proletarizar. Daí a necessidade de um poder político capaz de esquadrihar esta população urbana (FOUCAULT, 1979, p. 86).

Desse modo, existe uma relação entre capitalismo e o surgimento da biopolítica. Nessa nova ordem econômica, novas formas de controle social são necessárias, pois “esse biopoder, sem dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” (FOUCAULT, 1976, p. 32). Muito embora Foucault estabeleça a modernidade como o período em que a biopolítica emerge, ele reconhece que sua origem é mais antiga. Ele faz uma genealogia da biopolítica e vê no poder pastoral sua origem mais remota. O pastor tem responsabilidades pelo cuidado do coletivo e também de cada membro de forma individual. Portanto, para Foucault esse paradigma teológico-pastoral de cuidado do coletivo e do individual estaria na origem do Estado moderno e da biopolítica.

Agamben (2008), diferente de Foucault, não pontua o final do século 18 como o nascimento da biopolítica. Ele discute o biopoder a partir da teoria política de Aristóteles, para quem o homem, como qualquer outro ser vivo, é *Zoé* – uma vida nua, uma mera existência biológica. Todavia, é por meio da linguagem que o homem tem uma existência política. É no uso da linguagem que o *Zoé* torna-se *Zoé a politikon Zôon*, que consiste num animal político que lhe possibilita a biopolítica (uma vida política). No contexto da modernidade caberia ao Estado a inclusão da vida biológica nas políticas públicas, tendo em vista que a *pólis*, como criação racional, é teleológica, de modo que sua existência é garantir o bem viver.

Nas democracias modernas, o corpo é um sujeito político, de modo que ele ganhou centralidade nesse novo contexto político-jurídico. Dessa forma, quando falamos em direitos humanos, eles estão subordinados ao Estado. A própria expressão “direitos” já remete para a dimensão de aparatos legais que normatizam políticas sobre a vida humana. Agamben tece críticas à “judicialização” da dignidade humana a partir das declarações de direitos:

Mas é chegado o momento de cessar de ver as declarações de direitos como proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos, que tendem (na verdade sem muito sucesso) a vincular o legislador ao respeito pelos princípios éticos eternos, para então considerá-las de acordo com aquela que é a sua função histórica real na formação do moderno Estado-nação (AGAMBEN, 2012, p. 124).

Agamben parece não criticar a ideia de direitos humanos, mas, sim, certo excesso em atribuir ao Estado a preservação e a decisão sobre os corpos. O filósofo italiano acredita que as declarações dos direitos representaram a transição da soberania de ordem divina para a soberania nacional; a vida nua, ao nascer, passa a ser um “cidadão” e por conta disso

está sujeita ao biopoder. Para Foucault, o exercício do poder moderno se apoia na vida enquanto “corpo-espécie”, que também podemos chamar de biopoder. A primeira vez que ele usou o termo biopoder foi em *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976). Nesse texto, ele questiona a ideia de repressão sexual, principalmente no século 16. Foucault também revê o papel do sexo no saber-poder moderno e quais são os dispositivos que sustentam nossos discursos sobre sexualidade humana. Ela entra na pauta dos governos sobre políticas do corpo bem como sobre a regulação da população. A regulação da vida está na agenda do Estado moderno, de modo que ela entrou nos cálculos governamentais como possibilidades de um exercício das relações de poder.

É no capítulo 3 de *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua* que Agamben discute estudos de Michael Foucault a respeito da biopolítica. Na modernidade a política teria se tornado a arte de governo da vida humana. Logo, a vida natural passou a ser objeto da administração das instituições governamentais nas sociedades modernas. Na interlocução que Agamben faz com Foucault, ele também discute os dispositivos do poder e como a vida natural entrou nos cálculos do Estado. O filósofo italiano também dialoga com Hannah Arendt, que além do conhecido texto *As origens do totalitarismo* também foi autora de um *Projeto de pesquisa sobre os campos de concentração* (AGAMBEN, 2003, p. 117), em que aborda a dominação total do homem, que seria um dos argumentos que atestam que a política moderna se transformou em biopolítica. A partir do diálogo com Foucault e Arendt, Agamben amplia o debate sobre a íntima simbiose da vida nua com a política moderna.

Se a defesa dos direitos humanos é também a defesa da vida, significa dizer que os direitos humanos como discurso dão legitimidade ao Estado na sua forma biopolítica. A “Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão” afirma no segundo artigo que “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais imprescritíveis do homem”; o que abriu o caminho para uma gestão normalizadora do Estado (BOTH, 2009, p. 143). Foucault (2008, p. 137) fez uma crítica às Constituições que receberam influência da Revolução Francesa, tendo em vista que elas servem para fundamentar a biopolítica do Estado normatizador; por isso ele insiste que a vida foi estatizada. Agamben segue o caminho semelhante de Foucault, no sentido de que as declarações dos direitos do homem são mecanismos que inscrevem a vida humana nas instâncias jurídico-políticas do Estado moderno. Neste contexto, a soberania do Estado-nação tem um caráter biopolítico, pois cabe a ele escolher quais vidas serão cuidadas e protegidas pelas políticas públicas.

Dentro dessa lógica biopolítica – em que o Estado-nação escolhe quais vidas humanas têm direitos – favorece o surgimento de vidas nuas como os refugiados e os apátridas. Além de Agamben, a filósofa Judith Butler (2015) também percorre esse processo da biopolítica ao analisar o poder do Estado sobre os corpos. Os refugiados, por exemplo, são corpos que entram nos cálculos dos países europeus, os quais estabelecem “cotas” para os países da União Europeia. Desse modo, o Estado faz demarcações de quais vidas são “vivíveis” e quais são descartáveis. Butler faz essa discussão também a partir de certas práticas do neoimperialismo estadunidense, como, por exemplo, as práticas de tortura em Guantánamo. Ali, inclusive, é o Estado quem decide quais vidas merecem pranto e aquelas que não podem ser lamentadas. Desse modo, Butler diz que as vidas descartáveis não mereceriam pranto e luto; isso tudo determinado pelo biopoder do Estado.

Para Agamben, as intersecções entre política e medicina também são instrumentalizadoras da biopolítica na modernidade e o médico torna-se um soberano sobre a vida e morte de pessoas. No governo biopolítico, cabe a esse profissional de saúde decidir, por exemplo, quais pessoas devem ficar de fora por falta de vagas em uma Unidade de Terapia Intensiva.

### **Considerações finais**

Os fundamentos e a estrutura do Estado moderno no Ocidente são compreendidos a partir de suas origens teológicas. Há um paradigma teológico-econômico do Estado moderno de modo que sua origem estaria na crença da providência divina, na medida em que Deus se ocuparia das coisas humanas; a divindade estaria sempre a prestar atendimento a cada indivíduo e fundamentaria a concepção teológica do governo providencial no mundo. Portanto, de acordo com Agamben, conceitos teológicos colocam em funcionamento as engrenagens da máquina governamental no Ocidente. Tendo em vista que o conceito moderno de soberania tem raízes teológicas e ele decide sobre o estado de exceção e a biopolítica, a apropriação de conceitos teológicos perverteu a política moderna. Neste contexto, o Estado deixa um número significativo de pessoas entregues a situações de vulnerabilidade e abandono e o campo torna-se o paradigma da política moderna.

O paradigma teológico-econômico estruturou as técnicas de governo, de modo que este tem – entre suas principais finalidades – que garantir direitos aos cidadãos. Para garanti-los, o Estado também cria aparelhos disciplinares, a fim de sujeitar os indivíduos. Tanto Agamben como

Michel Foucault fizeram críticas a certos modelos de sujeição e métodos disciplinadores usados pelo Estado para legitimar a garantia dos direitos humanos. Nesse modelo, a vida dos indivíduos entra nos cálculos governamentais e mesmo na racionalidade econômica. O poder se legitima e funciona na sociedade a partir de modelos de políticas de controle e governo da vida.

## Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *El tiempo que resta*. Madri: Editorial Trotta, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Reino e a Glória*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O mistério do mal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BARBOSA, Jonnefer. *Política e tempo em Giorgio Agamben*. São Paulo: FAPESP, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BOTH, Valdevir. *Biopoder e direitos humanos: estudos a partir de Michel Foucault*. Passo Fundo: IBIFE, 2009.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.
- CHIGNOLA, Sandro. *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze*. Cadernos IHU Ideias, ano 12, 2014, vol. 12: 3-18.
- \_\_\_\_\_. *A vida, o trabalho, a linguagem: biopolítica e biocapitalismo*. Cadernos IHU, ano 13, 228, vol. 13, 2015.
- CUVILLIER, Elian. *O tempo messiânico: reflexões sobre temporalidade em Paulo*. In: DETTWILER, Andreas; KAESTLI Jean-Daniel; MARGUERAT, Daniel (Org.). Paulo, uma teologia em construção. São Paulo: Loyola, 2001. p. 229-239.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território e população*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.
- RUIZ, Castor Bartolomé. *Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo*. São Leopoldo: Cadernos IHU em Formação, 2015.

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Aírton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferran Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiarajú* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling  
*Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranclcx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva

- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaña
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philla como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa

- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Druze-estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hatte e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiwá e guarani Te'ityke no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrot Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como la serpente; solo pica a los escalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariêlle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMprARUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato

- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganholo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dircene Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governoamento* – Dora Lília Marin-Diaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneudson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolam
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza



**Osiel Lourenço de Carvalho.** Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Área de concentração Linguagens da Religião - linha de pesquisa Teologia das Religiões e Cultura. Mestrado em Teologia na Est - Escola Superior de Teologia. Possui bacharelado em Teologia e Licenciatura Plena em História. É professor e pesquisador da Faculdade Refidim (Joinville). Tem experiência nas áreas de educação à distância, ciências da religião, história e teologia com ênfase nos seguintes temas: Pentecostalismos; Religião e Política; Teologia e o Estado Moderno.

### **Algumas publicações do autor**

CARVALHO, Osiel. Lourenço. Teologia e direitos humanos: reflexões a partir do pensamento de Giorgio Agamben. *Correlatio*, São Paulo, v.16, p.115-131, 2018

\_\_\_\_\_ Pentecostalismos e teologia política: uma análise a partir da atuação dos líderes assembleianos Antônio Torres Galvão e Manoel da Conceição Santos. *Azusa- Revista de Estudos Pentecostais*, Joinville- SC, v.8, p.55-74,2017

\_\_\_\_\_A força da escatologia: as crenças milenaristas na história, teologia e nas sociedades. *Revista-Pax Domini*, Manaus-AM v. 2, p. 03-15, 2017.



**UNISINOS**